



B9-0165/2023

8.3.2023

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada na sequência de uma declaração do Vice-Presidente da Comissão / Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança

nos termos do artigo 132.º, n.º 2, do Regimento

sobre a nova repressão do povo da Bielorrússia, em especial os casos de Andrzej Poczobut e Ales Bialiatski
(2023/2573(RSP))

Petras Auštrevičius, Nicola Beer, Bernard Guetta, Nathalie Loiseau, Karen Melchior, María Soraya Rodríguez Ramos, Karin Karlsbro, Ramona Strugariu, Róza Thun und Hohenstein, Hilde Vautmans
em nome do Grupo Renew

B9-0165/2023

Resolução do Parlamento Europeu sobre a nova repressão do povo da Bielorrússia, em especial os casos de Andrzej Poczobut e Ales Bialiatski (2023/2573(RSP))

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta as suas resoluções anteriores sobre a Bielorrússia,
 - Tendo em conta a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, a Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes e todas as outras convenções em matéria de direitos humanos nas quais a Bielorrússia é parte,
 - Tendo em conta as conclusões do Conselho Europeu de 21 e 22 de outubro de 2021,
 - Tendo em conta as declarações do Vice-Presidente da Comissão / Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, Josep Borrell, de 25 de março de 2021, sobre as ações contra a União dos Polacos da Bielorrússia, de 17 de janeiro de 2023, sobre os julgamentos de líderes da oposição e jornalistas, e, de 3 de março de 2023, sobre a condenação de Ales Bialiatski e outros defensores dos direitos humanos,
 - Tendo em conta a declaração de 7 de outubro de 2022 do porta-voz do Serviço Europeu para a Ação Externa sobre a decisão judicial contra representantes independentes dos meios de comunicação social,
 - Tendo em conta os relatórios de 4 de maio de 2021 e 20 de julho de 2022 de Anaïs Marin, relatora especial das Nações Unidas sobre a situação dos direitos humanos na Bielorrússia, destinados ao Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas, e o apelo lançado por peritos das Nações Unidas, em 10 de outubro de 2022, tendo em vista a libertação imediata de Ales Bialiatski, vencedor do Prémio Nobel, atualmente encarcerado, e de outros defensores dos direitos na Bielorrússia,
 - Tendo em conta as declarações da Representante da OSCE para a Liberdade dos Meios de Comunicação Social, Teresa Ribeiro, de 15 de setembro de 2022, sobre a detenção constante de jornalistas na Bielorrússia, e, de 7 de outubro de 2022, sobre a perseguição constante de profissionais da comunicação social bielorrussa,
 - Tendo em conta a observação, de 3 de março de 2023, da porta-voz das Nações Unidas para os direitos humanos, Ravina Shamdasani, sobre a condenação de defensores dos direitos humanos na Bielorrússia,
 - Tendo em conta a declaração dos ministros dos Negócios Estrangeiros do G7, de 4 de novembro de 2022, sobre a Bielorrússia,
 - Tendo em conta o artigo 132.º, n.º 2, do seu Regimento,
- A. Considerando que o regime bielorrusso continuou a reprimir o povo da Bielorrússia,

perseguindo representantes da sociedade civil, defensores dos direitos humanos, jornalistas, ativistas da oposição e muitos outros por razões políticas; que a perseguição penal continua a ser uma das formas mais graves de repressão e continua a ser generalizada;

- B. Considerando que, em março de 2023, a lista de presos políticos bielorrussos mantida pelo Centro de Direitos Humanos de Viasna continha mais de 1 450 nomes, incluindo Ales Bialiatski, vencedor do Prémio Sakharov e do Prémio Nobel;
- C. Considerando que Ales Bialiatski, um destacado defensor dos direitos humanos e fundador do Centro de Direitos Humanos de Viasna, foi detido em 12 de fevereiro de 2022 e se encontra atualmente em prisão preventiva; que, em 5 de janeiro de 2023, se iniciaram julgamentos de cariz político contra os defensores dos direitos humanos Ales Bialiatski, vencedor do Prémio Nobel e presidente do Centro de Direitos Humanos de Viasna, Valiantsin Stefanovich, membro dessa instituição, Uladzimir Labkovich, coordenador da campanha «Defensores dos Direitos Humanos para Eleições Livres», e Zmitser Salauyou; que o Ministério Público pediu penas de prisão pesadas contra estes defensores dos direitos humanos; que, em 3 de março de 2023, Ales Bialiatski, Valiantsin Stefanovich, Zmitser Salauyou e Uladzimir Labkovich foram condenados a dez, nove, oito e sete anos de prisão, respetivamente;
- D. Considerando que Andrzej Poczobut, jornalista e membro da União dos Polacos da Bielorrússia, foi detido em 18 de março de 2021 e, mais tarde, condenado a três anos de prisão por ter «insultado publicamente o presidente da Bielorrússia» e «incitado ao ódio étnico»; que, em 8 de fevereiro de 2023, o Tribunal Regional de Hrodna o considerou culpado de incentivar ações destinadas a prejudicar a segurança nacional da República da Bielorrússia e incentivar a hostilidade étnica, condenando-o a oito anos de prisão;
- E. Considerando que as acusações contra Andrzej Poczobut e Ales Bialiatski são amplamente reconhecidas como tendo motivações políticas, com o objetivo de silenciar vozes independentes e suprimir a liberdade de expressão e associação;
- F. Considerando que, em 6 de março de 2023, o Tribunal Metropolitano de Minsk condenou Sviatlana Tsikhanouskaya, a líder da oposição democrática bielorrussa e do Gabinete Unido de Transição, a 15 anos de prisão *in absentia*; que o mesmo tribunal também condenou outras figuras do Conselho de Coordenação, nomeadamente Paviel Latushka, a 18 anos de prisão, e Maryia Maroz, Volha Kavalkova e Siarhei Dyleuski, cada um a 12 anos de prisão;
- G. Considerando que as autoridades bielorrussas violaram repetidamente os direitos humanos dos cidadãos do país, incluindo o direito à liberdade de expressão, de reunião pacífica e de associação; que a repressão continua a afetar todos os setores da sociedade, incluindo o mundo académico, a comunicação social e os defensores dos direitos humanos;
- H. Considerando que o regime de Aliaksandr Lukashenko continua a visar advogados que defendem presos políticos, como Vital Brahynets, que foi condenado a oito anos de prisão por ter defendido, entre outros, Ales Bialiatski;
- I. Considerando que as autoridades bielorrussas continuam a adotar medidas que

restringem os direitos dos bielorrussos que vivem no estrangeiro; que, em 2022 e 2023, 58 pessoas foram detidas depois de regressarem à Bielorrússia por terem participado nas manifestações de 2020 ou por terem partilhado conteúdos considerados «extremistas» nas redes sociais;

- J. Considerando que o regime bielorrusso continua a restringir severamente a liberdade de associação; que, em dezembro de 2022, o Governo bielorrusso apresentou ao Parlamento uma proposta de alteração da Lei dos Partidos Políticos, que torna extremamente difícil cumprir as condições necessárias à existência de partidos políticos;
- K. Considerando que o regime de Aliaksandr Lukashenko tomou medidas cada vez mais repressivas contra as minorias nacionais na Bielorrússia, em especial as minorias polaca e lituana, incluindo o encerramento de escolas onde se leciona nas línguas das minorias nacionais;
- L. Considerando que, de acordo com a Associação de Jornalistas da Bielorrússia, o discurso público foi quase totalmente suprimido e os meios de comunicação social são severamente reprimidos;
- M. Considerando que o Governo bielorrusso iniciou a campanha «O caminho para casa», que consiste em «convidar» bielorrussos que abandonaram o país nos últimos anos a regressar à Bielorrússia, com a promessa de que não serão perseguidos se fizerem uma confissão oficial; que muitos bielorrussos que regressaram ao seu país foram presos, perseguidos e, por vezes, condenados a penas de prisão por terem participado em manifestações, publicado comentários críticos sobre o regime de Aliaksandr Lukashenko nas redes sociais ou realizado doações às vítimas da repressão na Bielorrússia;
- N. Considerando que a perseguição administrativa é um dos instrumentos que o regime de Aliaksandr Lukashenko usa para silenciar a oposição e quaisquer vozes que questionem o regime; que, em janeiro de 2023, o Centro de Direitos Humanos de Viasna deu conta de pelo menos 350 detenções e 141 casos de perseguição administrativa com motivações políticas;
- O. Considerando que prossegue a perseguição dos sindicatos independentes; que, em janeiro de 2023, Henadz Fiadynich e Vasil Berasneu, líderes de sindicatos independentes, foram condenados a nove anos de prisão, enquanto Vatslau Areshka foi condenado a oito anos; que, em fevereiro de 2023, Siarhei Shelest, Uladzimir Zhurauka, Andrei Paheryla, Hanna Ablab, Aliaksandr Hashnikau, Siarhei Dziuba, Ihar Mints, Valiantsin Tseranevich, Siarhei Shametska e Aliaksandr Kapshul, membros do grupo Rabochy Rukh (Movimento dos Trabalhadores), foram acusados de terem cometido alta traição e de terem criado e integrado uma organização extremista, tendo sido condenados a penas entre 11 e 15 de prisão; que o Ministério dos Assuntos Internos da Bielorrússia continua a adicionar ativistas e líderes do movimento sindical democrático às listas de extremistas e terroristas; que as listas de «formações extremistas» e de «extremistas e terroristas» aumentaram substancialmente;
- P. Considerando que representantes das forças democráticas continuam detidos em condições desumanas; que os presos políticos continuam a queixar-se de deterioração das condições de saúde, humilhação e maus tratos;

- Q. Considerando que a UE impôs sanções a pessoas e entidades responsáveis pela repressão na Bielorrússia e prestou apoio à sociedade civil e aos meios de comunicação social independentes do país;
- R. Considerando que as autoridades bielorrussas continuam a apoiar a guerra de agressão injustificada da Rússia contra a Ucrânia, permitindo que a Rússia utilize o território bielorrusso para lançar ataques militares contra a Ucrânia;
- S. Considerando que, em fevereiro de 2023, responsáveis bielorrussos anunciaram que existiam planos para ligar a central nuclear de Astravyets à rede e, posteriormente, adjudicar a segunda unidade de produção de energia da mesma central; que a construção da central nuclear violou normas técnicas e convenções internacionais e ficou marcada por múltiplos incidentes de segurança, levantando sérias dúvidas quanto à segurança da central;
1. Continua a condenar veementemente a repressão em curso da sociedade civil, de defensores dos direitos humanos, de jornalistas e de ativistas políticos na Bielorrússia, nomeadamente através de julgamentos de cariz político;
 2. Reitera o seu apelo ao fim imediato da repressão, bem como à libertação incondicional de todos os presos políticos e de todas as pessoas arbitrariamente detidas, presas ou condenadas por motivos políticos, à retirada de todas as acusações contra eles formuladas, bem como à sua plena reabilitação e compensação financeira pelos danos sofridos devido à sua detenção; insta as autoridades bielorrussas a porem termo a todas as formas de repressão, perseguição, tortura e maus tratos contra os seus cidadãos e recorda às autoridades bielorrussas que são obrigadas a respeitar os direitos humanos dos cidadãos do país, incluindo o direito à liberdade de expressão, de reunião pacífica e de associação;
 3. Mantém-se firmemente ao lado do povo da Bielorrússia, que continua a lutar por um país livre, democrático e soberano, apesar de ser severamente reprimido;
 4. Condena a detenção e condenação de Andrzej Poczobut e a prisão e julgamento de Ales Bialiatski, bem como de Valiantsin Stefanovic e Uladzimir Labkovich, membros do Centro Viasna; denuncia a condenação de Ales Bialiatski, Valiantsin Stefanovich, Zmitser Salauyou e Uladzimir Labkovich a dez, nove, oito e sete anos de prisão, respetivamente; denuncia as múltiplas violações do seu direito a um processo justo e insta à sua libertação imediata e incondicional, bem como à sua plena reabilitação e compensação;
 5. Condena a condenação *in absentia* de Sviatlana Tsikhanouskaya, líder da oposição democrática bielorrussa e do Gabinete Unido de Transição, bem como de outras figuras do Conselho de Coordenação, nomeadamente Paviel Latushka, Maryia Maroz, Volha Kavalkova e Siarhei Dyleuski; exorta os Estados-Membros, em especial os que acolhem atualmente estas personalidades, a garantirem a sua segurança e proteção contra o regime de Aliaksandr Lukashenko;
 6. Reitera a sua firme condenação do envolvimento da Bielorrússia na guerra de agressão injustificada e não provocada da Rússia contra a Ucrânia; condena a retórica belicista dos líderes bielorrussos contra a Ucrânia; reitera que Aliaksandr Lukashenko e outros

responsáveis bielorrussos são corresponsáveis por crimes de guerra cometidos na Ucrânia e devem ser responsabilizados nos tribunais internacionais competentes; expressa o seu apoio aos voluntários e guerrilheiros bielorrussos que lutam pela independência da Bielorrússia e ajudam a Ucrânia a defender-se da agressão russa;

7. Insta a UE e os seus Estados-Membros a reforçarem as sanções da União contra as pessoas e entidades responsáveis pela repressão na Bielorrússia e a assegurarem que são devidamente aplicadas; lamenta que a Bielorrússia não tenha sido incluída no décimo pacote de sanções contra a Rússia e os apoiantes da sua guerra ilegal de agressão contra a Ucrânia; solicita a adoção de sanções credíveis contra as pessoas e entidades bielorrussas que apoiam a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia, bem como a adoção das medidas necessárias para evitar que se utilize a Bielorrússia para contornar as sanções da UE contra a Rússia;
8. Condena a Lei da Cidadania, assinada por Aliaksandr Lukashenko, que permite privar cidadãos bielorrussos que vivem no estrangeiro da sua cidadania; sublinha que as autoridades bielorrussas violam o artigo 15.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual a Bielorrússia é parte, que protege o direito à nacionalidade e proíbe a privação arbitrária da nacionalidade; insta as autoridades bielorrussas a porem fim ao programa «O caminho para casa»;
9. Condena o forte assédio e perseguição contra os sindicatos; denuncia as sentenças de cariz político contra Henadz Fiadynich, Vasil Berasneu e Vatslau Areshka, líderes sindicais, que revelam um total desrespeito pelos seus direitos humanos e representam violações claras das convenções internacionais do trabalho;
10. Insta a Comissão e os Estados-Membros a continuarem a apoiar a sociedade civil, os meios de comunicação social independentes e os grupos e estruturas políticas democráticas da Bielorrússia, incluindo o Conselho de Coordenação e o Gabinete Unido de Transição; insta as forças democráticas bielorrussas a manterem e a promoverem a unidade, com base no objetivo de uma Bielorrússia livre, democrática e independente;
11. Insta a Conferência dos Presidentes a ponderar convidar o Conselho de Coordenação e o Gabinete Unido de Transição para representar de forma permanente a Bielorrússia na Assembleia Parlamentar Euronest e nas reuniões conexas;
12. Condena os esforços do regime de Aliaksandr Lukashenko para obliterar a cultura bielorrussa e russificar a nação bielorrussa; insta a UE a apoiar a cultura e as organizações culturais da Bielorrússia;
13. Condena a perseguição de grupos minoritários nacionais e dos seus representantes na Bielorrússia; insta as autoridades bielorrussas a porem termo a todas as medidas contra as minorias nacionais e a respeitarem os seus direitos, incluindo o direito à educação nas línguas minoritárias;
14. Exorta as instituições da UE a continuarem a apoiar os esforços dos Estados-Membros para proteger e acolher os bielorrussos obrigados a fugir do seu país; insta as instituições da UE a apoiarem a recém-criada Missão para uma Bielorrússia Democrática em Bruxelas e as embaixadas do povo da Bielorrússia;

15. Sublinha a importância de reforçar a unidade da UE em relação à Bielorrússia, nomeadamente no âmbito do isolamento diplomático do atual regime; neste contexto, expressa o seu repúdio pela visita a Minsk, em 13 de fevereiro, do ministro dos Negócios Estrangeiros húngaro, Péter Szijjártó, em sentido contrário à política da UE relativa à Bielorrússia, e condena o facto de alguns Estados-Membros continuarem a emitir vistos Schengen para pessoas próximas de Aliaksandr Lukashenko;
16. Expressa profunda preocupação com os planos para a adjudicação da segunda unidade da central nuclear de Astravyets e com os planos para a construção de uma segunda central nuclear na Bielorrússia, tendo em conta a construção pouco segura da primeira, que violou normas técnicas e convenções internacionais;
17. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao Vice-Presidente da Comissão / Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, aos governos e parlamentos dos Estados-Membros, às autoridades da República da Bielorrússia, ao Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos e ao Secretário-Geral das Nações Unidas.